



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário

0001007-68.2018.5.17.0011

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 18/10/2018

Valor da causa: R\$ 97.386,21

Partes:

AUTOR: [REDACTED]

ADVOGADO: JULIANA ARIVABENE GUIMARAES

RÉU: P. L. [REDACTED]

ADVOGADO: AMALIA BONADIMAN MIQUILIM

PAGINA_CAPA_PROCESSO_PJEADVOGADO: VINICIUS PEREIRA DE ASSIS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
11ª Vara do Trabalho de Vitória
ENDEREÇO: AVENIDA CLETO NUNES, 85, 10º andar, PARQUE
MOSCOSO, VITORIA - ES - CEP: 29018-906
EMAIL: vitv11@trtes.jus.br
RTOOrd 0001007-68.2018.5.17.0011
AUTOR: [REDACTED]
RÉU: [REDACTED]

Inserido por PRISCILLA MATHILDES BARROS CELESTINO

SENTENÇA

Vistos, etc.

RELATÓRIO

Trata-se de ação trabalhista movida por [REDACTED], com qualificação nos autos, em face de [REDACTED], pelos fatos e fundamentos expostos na petição inicial. Resposta do réu, onde se opõe a todas as pretensões da parte autora. Produziu-se prova documental. Em audiência, foram ouvidas as partes e três testemunhas. Razões finais em acordo com o que permite a legislação. A conciliação não frutificou, apesar de tentada *ex lege*. Este o relatório, no essencial.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminar de Inépcia. Carência de Ação

Se o autor prestou serviços de forma autônoma ou na qualidade de empregado é situação a ser verificada no mérito e não em sede preliminar. Rejeito.

Mérito

Assinado eletronicamente por: NEY ALVARES PIMENTA FILHO - 17/04/2019 11:33:54 - 4cae22e
<https://pje.trt17.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031309294874600000015256164>
Número do processo: 0001007-68.2018.5.17.0011
Número do documento: 19031309294874600000015256164



1. Reconhecimento do Vínculo

Não há nos autos qualquer dúvida de que entre as partes houve uma relação de trabalho. A diferença reside em que o autor diz que essa relação era da espécie "emprego", enquanto o réu assegura que a prestação dos serviços ocorreu de forma autônoma, sem qualquer regularidade e subordinação.

A prova dos autos milita fortemente em favor do réu. O que ficou claro - e o depoimento da testemunha que o réu trouxe foi muito firme e convincente - é que não havia obrigação de comparecer. Ou seja, quando não atendiam a algum chamado para fazer a segurança, o que ocorria é que não recebiam o pagamento. O próprio autor, em depoimento, confirmou o caráter não eventual da prestação dos serviços. Segundo ele, quando foi chamado a trabalhar para o réu, a Gerente não lhe disse quais os dias exatamente iria trabalhar, sempre lhe passando apenas os dias em que a boate abriria na semana pelo aplicativo whatsapp. Também disse que nos dias em que não compareceu apenas comunicou o fato à Gerente e eles chamaram outra pessoa para trabalhar, não sofrendo nenhuma penalidade por isso.

Não fosse isso, as testemunhas trazidas pelo autor não lhe ajudam em nada. Muito pelo contrário. O Sr. Cleyton da Silva Fontes Ribeiro, era segurança de um dos donos da boate e por isso não trabalhava diretamente com o autor. Disse que não acontecia de recusarem o trabalho apenas pelo receio de não serem mais chamados e de colocarem outro no lugar. Já a testemunha Isaias Eduardo Barboza dos Santos mentiu descaradamente, afirmando coisas que nem o autor disse. Disse, por exemplo, que não havia dias de pouco movimento, situação que o autor declarou ter acontecido nos últimos 4/5 meses da prestação dos serviços e ainda que, se faltassem, levavam "esporro" da Gerente, fato também não narrado pelo autor em depoimento.

A prova oral, portanto, não só evidencia a não eventualidade do trabalho realizado pelo autor como também a ausência de subordinação indispensável a caracterizar o vínculo de emprego. E nesse caso não estou falando da subordinação estrutural, ou seja, aquela de quem presta serviços a um tomador e por isso precisa cumpri-los na forma desejada e orientada por ele. Há prova suficiente nos autos de que todos os seguranças executavam as atividades de acordo com as orientações passadas pelo réu, mas isso, isoladamente, não configura a subordinação jurídica que atrai a relação de emprego. A subordinação jurídica demanda ruptura da relação, o que não é o caso dos autos. Conforme declarou a testemunha do réu, a única consequência havida quando não comparecia era a ausência de pagamento. Não havia, contudo, extinção da relação entre as partes, oferecendo o réu, tão logo fossem surgindo, novas oportunidades de trabalho aos seguranças.

Desse modo, resta claro que não era de emprego a relação entre os litigantes. E como o fulcro de todas as pretensões do autor é a relação de emprego, não havendo nem mesmo pedido sucessivo ligado a trabalho eventual, são os mesmos improcedentes.

2. Gratuidade de Justiça

Embora não esteja assistida por seu sindicato, a parte autora firmou declaração de miserabilidade, não havendo nos autos elementos capazes de afastar a hipossuficiência alegada, enquadrando-se, assim, nas hipóteses legais da concessão do benefício. Defiro.

3. Honorários Advocatícios

Condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios em favor do réu, no percentual de 10% do valor dos pedidos integralmente indeferidos, ou seja, R\$9.738,62. Ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão

Assinado eletronicamente por: NEY ALVARES PIMENTA FILHO - 17/04/2019 11:33:54 - 4cae22e

<https://pje.trt17.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031309294874600000015256164>

Número do processo: 0001007-68.2018.5.17.0011

Número do documento: 19031309294874600000015256164



que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão da gratuidade.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, julgo **IMPROCEDENTES** os pedidos contidos na presente ação, nos termos e limites da fundamentação.

Custas pela parte autora, de R\$ 1.947,72, calculadas sobre o valor dado à causa, isenta.

Intimem-se as partes.

VITORIA, 17 de Abril de 2019

NEY ALVARES PIMENTA FILHO Juiz(íza) do
Trabalho Titular

